

EXCELÊNCIA PEDAGÓGICA: PRÁTICAS DOCENTES EM AMBIENTES NÃO ESCOLARES

Priscila de Góis Silva

Licenciatura plena em Pedagogia.

<https://orcid.org/0009-0009-9339-526X>

E-mail: byagois22@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2024.V3N1>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2024.V3N1-35>

RESUMO: Este trabalho se propõe a discutir sobre os processos de práticas pedagógicas em ambiente não escolar. Seu objetivo é refletir sobre o engajamento à Pedagogia Hospitalar que é um ramo da área da Pedagogia que visa levar o ensino para crianças e adolescentes que não podem frequentar a escola por motivos de saúde. A ideia é que a educação continue, mesmo que o estudante não possa participar das aulas regulares, e que seus estudos não sejam prejudicados, em especial aos conceitos de alfabetização e letramento. Espera-se que o presente trabalho possa contribuir de alguma forma para a superação dos desafios que se colocam diante do setor na contemporaneidade, de forma a maximizar todos os benefícios da pedagogia hospitalar em larga escala. Neste artigo discute-se a inserção da Pedagogia Hospitalar na Pedagogia Social. A metodologia utilizada no artigo foi revisão de literatura. A conclusão aponta aspectos que necessitam ser investigados com maior profundidade para uma compreensão mais crítica das áreas.

PALAVRAS-CHAVE: Pedagogia Hospitalar. Educação e saúde. Humanização.

PEDAGOGICAL EXCELLENCE: TEACHING PRACTICES IN NON-SCHOOL ENVIRONMENTS

ABSTRACT: This work aims to discuss the processes of pedagogical practices in a non-school environment. Its objective is to reflect on engagement with Hospital Pedagogy, which is a branch of the Pedagogy area that aims to provide education to children and adolescents who cannot attend school for health reasons. The idea is that education continues, even if the student cannot participate in regular classes, and that their studies are not harmed, especially the concepts of literacy and literacy. It is hoped that this work can contribute in some way to overcoming the challenges facing the sector today, in order to maximize all the benefits of hospital pedagogy on a large scale. This article discusses the insertion of Hospital Pedagogy into Social Pedagogy. The methodology used in the article was a literature review. The conclusion points out aspects that need to be investigated in greater depth for a more critical understanding of the areas.

KEYWORDS: Hospital Pedagogy. Education and health. Humanization.

INTRODUÇÃO

De acordo com Ortiz e Freitas (2001), falar em educação pensando na diversidade nos leva a práticas educativas em espaço considerado não convencional, por profissionais

igualmente considerados não convencionais. Partindo desse princípio podemos falar em escola no hospital, contando com profissionais com formação em nível de pós-graduação e qualificação pedagógica para o exercício dessa modalidade de ensino. Sandroni (2008) enfatiza a importância do atendimento pedagógico em ambiente hospitalar e como essas atividades promovem o desenvolvimento sócio afetivo de crianças e adolescentes que, por motivo de internação hospitalar, estão privadas de participar de seu meio sociocultural e escolar. A criação de classes hospitalares é, dentre outras coisas, resultado do reconhecimento formal de que crianças hospitalizadas, independente do período de permanência na instituição, necessitam de medidas educativas e possuem direitos de cidadania, inclusive acesso à escolarização formal.

Este artigo tem como objetivo refletir teoricamente a respeito da inserção da Pedagogia Hospitalar na Pedagogia Social. Essas áreas apresentam especificidades, todavia, existem elementos comuns que agregam conceitos e ideias.

Apesar de parecer novo, a classe hospitalar surgiu em Paris em 1935 na comunidade de Sourenses quando o prefeito Henri Sellier implantou a primeira escola no hospital para crianças e adolescentes que estavam internados, em decorrência esta iniciativa percorreu os Países de Alemanha e Estados Unidos. Por esta razão, em 1939 na França, devido à necessidade de formação de profissionais para atuar em hospitais, foi criado o cargo de professor hospitalar através do Ministério da Educação, juntamente pelo CNEFEI – Centro Nacional de Estudos e de Formação para a Infância Inadaptada, que tinha como finalidade preparar os educadores por meio de teorias, com estudos voltados para docentes, assistentes sociais e médicos.

Em 1939, foi criado a partir desse contexto o Centro Nacional de Estudos e de Formação para as Infâncias Inadaptadas de Suresnes - C.N.E.F.E.I, cujo objetivo seria a formação de professores para o trabalho em hospitais e instituições. Neste mesmo ano, foi criado o Cargo de Professor Hospitalar junto o Ministério da Educação na França. O C.N.E.F.E.I promove estágios dirigidos a professores e diretores de escolas, médicos de saúde escolar e assistentes sociais (ibid).

No que se refere à Pedagogia Hospitalar, durante muitos anos, as crianças e adolescentes hospitalizados foram marginalizados pelo sistema educacional. Por estarem

internados, eles foram considerados incapazes de dar prosseguimento a seus estudos. Essas concepções fizeram com que muitas crianças e adolescentes tivessem uma dupla exclusão social, pois além de serem penalizados por suas doenças, também não tinham acesso à educação. Essas concepções de crianças e adolescentes estão sendo modificadas em tempos modernos em função dos avanços nas leis e garantias de proteção social a esta população, todavia durante vários anos, a invisibilidade destas crianças e adolescentes foram predominantes.

As crianças concretas não foram nem são sujeitos da gestação de seus lugares, de suas imagens e de suas verdades. Com esta visão da infância foram construídas verdades históricas e imaginários sociais sobre elas. Foram construídos saberes, instituições, pedagogias, pedagogos e estratégias de gestão da infância (ARROYO, 2008, p. 125).

Entretanto, os estudos não deixam de mostrar-nos que há infâncias que ao longo da história não couberam, nem na atualidade cabem, nesse estatuto e perfil universais de infância; que há outras infâncias que não foram atingidas pelas estratégias e instituições civilizatórias e pedagógicas. Infâncias que não foram objeto dos mesmos saberes legitimados. Para essas outras infâncias foram pensados outros estatutos e outros saberes pedagógicos. Os estudos mostram que outros coletivos de adultos e crianças nem sequer foram imaginados como civilizáveis nem como educáveis. Se os estudos nos revelam que há outros adultos e outras crianças, como esses “outros” interrogam o pensar e fazer educativos? Como interrogam os estatutos e ideários, as instituições, estratégias e verdades e os saberes tidos como universais? A pedagogia que por ofício convive com esses “outros” adultos e jovens e com essas “outras” crianças sairá enriquecida se prestar atenção à diversidade de estudos que se voltam para a reconstrução histórica, sociológica e antropológica das outras infâncias” (ARROYO, 2008, p. 130).

A pedagogia hospitalar defende o prosseguimento do processo ensino-aprendizagem associado a um ensino conduzido em consonância com um viés holístico, demonstra o papel de protagonismo das práticas educativas para as crianças em tratamento. Isso se deve ao fato da escola ser o principal veículo de interação, constituindo-se como crucial para o neurodesenvolvimento, pois as experiências com o mundo moldam as estruturas e o progresso cognitivo, repercute, à vista disso, no estado

de saúde do indivíduo. Do mesmo modo a “educação é também um meio de abertura que dá ao indivíduo uma chave de autoconstrução e de se reconhecer como sujeito capaz de opções e com inúmeras oportunidades de crescimento como cidadão” (ZAIAS; PAULA, 2009, p. 1248).

Percebe-se que as relações sociais refletem diretamente no processo de alfabetização. Emília Ferreiro afirma que a criança atua como um sujeito ativo nesse processo, além disso destaca a importância de um ambiente que favoreça o desenvolvimento: O desenvolvimento da alfabetização ocorre, sem dúvida, em um ambiente social. Mas as práticas sociais, assim como as informações sociais, não são recebidas passivamente pelas crianças. Quando tentam compreender, elas necessariamente transformam o conteúdo recebido (FERREIRO, 1998, p. 24). Nos apoiando nisso, torna-se indubitável o papel da pedagogia hospitalar para a alfabetização das crianças em situação de adoecimento. Sendo os pedagogos, protagonistas na mobilização dos conhecimentos e principalmente na construção de um ambiente favorável à aprendizagem.

Portanto, como é possível observar, vários estudiosos no Brasil têm procurado defender os direitos das crianças e adolescentes a uma educação de qualidade e com dignidade a todas as pessoas, indistintamente.

HISTÓRIA DA PEDAGÓGIA HOSPITALAR NO BRASIL

Na realidade brasileira é preciso discutir o papel e a necessidade do Estado em relação às Políticas Públicas para educação e para o cuidado integral com as crianças e adolescentes, entretanto, é preciso considerar também que os movimentos de expansão da educação não formal que vem expandido no Brasil, têm-se inserido nas “brechas” das funções que a escola, o Estado e a educação formal, têm deixado de cumprir, assim como também representa a elaboração de uma outra ordem no sistema escolar. Nas escolas formais, em sua grande maioria, por ainda predominar, um modelo excludente, uniformizador e segregacionista, esse “modelo” de educação tem tido dificuldades de cumprir o seu papel em relação às minorias, nas quais se inserem as crianças e os adolescentes hospitalizados.

Na década de 90 no Brasil, por força dos movimentos sociais e ações do poder público, foram criadas leis como o Estatuto da Criança e do Adolescente ECA (BRASIL, 1990). Ceccim e Carvalho (1997) também descrevem a lei dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes Hospitalizados elaborada pela Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Essas leis visam a proteger a infância e juventude e servir como instrumento para garantia de uma sociedade mais justa.

De acordo com Ceccim e Carvalho, na Resolução n.41, de 13 de outubro de 1995 da lei dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes Hospitalizados, chancelada pelo Ministério da Justiça, existem vinte itens em defesa da criança e jovens hospitalizados.

Dentre os artigos apresentados está previsto o direito à educação: “Artigo 9. Direito de desfrutar de alguma forma de recreação, programa de educação para a saúde, acompanhamento do currículo escolar durante sua permanência hospitalar” (CECCIM; CARVALHO, 1997, p. 188).

O Ministério da Educação, juntamente com a Secretaria de Educação Especial, veio no ano de 2002 reconhecer e regulamentar a pedagogia hospitalar com a normativa “Classe hospitalar e atendimentos pedagógicos domiciliares: estratégias e orientações”. Essa diretriz tinha como objetivo nortear ações político-sociais de organização do sistema de atendimento educacional em ambientes hospitalares e domiciliares. A denominação de “classe hospitalar” aparece como uma forma de instrumentalizar os estudos, a fim de que o processo de aprendizagem seja eficaz e de qualidade nesses espaços. De acordo com o documento em questão (BRASIL, 2002, p. 9), sabe-se que:

O direito à educação se expressa como direito à aprendizagem e à escolarização, traduzido, fundamental e prioritariamente, pelo acesso à escola de educação básica, considerada como ensino obrigatório, de acordo com a Constituição Federal Brasileira. A educação é direito, e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, tendo em vista o pleno da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho segundo a Constituição Federal no art. 205.

A Pedagogia social no Brasil ocorre em diferentes espaços educacionais através de diversas práticas educativas de educadores sociais. Todavia, só recentemente é que as universidades estão se preocupando em sistematizar e estudar teoricamente essas práticas

e saberes. A publicação do livro de Souza Neto, Silva e Moura (2009) é resultado desses esforços. Muito embora, na coletânea, não tenham contemplado a Pedagogia Hospitalar, o livro representa grandes avanços e discussões para a área.

Se existem espaços pedagógicos além da escola, é sinal de que se faz necessário a presença de um pedagogo que atue de forma diversificada. A educação tem que ir até onde se faz necessária, e o ambiente hospitalar é um desses lugares. A pedagogia hospitalar não é algo novo, no Brasil essa prática educacional iniciou-se no século XX, mais precisamente em agosto de 1950, com a primeira classe hospitalar que funcionava nas enfermarias pediátricas do Hospital Municipal Jesus, localizado no Rio de Janeiro (RODRIGUES, 2012).

CONTEXTOS NÃO ESCOLARES

A pedagogia em contextos não escolares, como o nome já diz, é focada na educação fora da escola e dos contextos escolares. Logo, ela é ideal para quem busca conhecimentos para educar crianças e adolescentes que não podem comparecer à sala de aula regularmente (Como aulas híbridas ou a distância). A prática pedagógica nos espaços não escolares tem como finalidade direcionar conhecimentos e saberes na prática social. O espaço não escolar vai muito além dos muros de uma escola, ele está ligado a grupos culturais, hospitais, associação religiosa filantrópica e espaços de ressocialização.

O processo de ensino-aprendizagem ocorre em diferentes espaços nos quais a atuação do educador se faz indispensável. Entretanto, a formação humana, em qualquer espaço, escolar ou não escolar, necessita de um profissional que esteja preparado para lidar com a prática.

PEDAGOGIA HOSPITALAR

A Pedagogia Hospitalar não é uma proposta recente, mas a lei que a sanciona, e sua aplicação, só começaram a ter valor em 2018, quando a lei 13.716 foi publicada no Diário Oficial da União.

Uma questão preocupante que afeta os índices da educação trata-se do afastamento

de muitos alunos por questões de saúde. Rotineiramente um número muito grande de crianças e adolescentes deixam de frequentar as salas de aula por estarem muitas vezes hospitalizadas por longos períodos. De acordo com a lei, os estudantes de educação básica internados por tempo prolongado, seja em casa ou em um hospital, para tratar problemas de saúde, devem receber atendimento educacional.

A escola por muito tempo foi considerada como o único lugar onde realmente se efetivava a aprendizagem, porém percebeu-se que isso já não era tão verdadeiro, pois o processo de ensino e aprendizagem perpassa as paredes de uma sala de aula, ou seja, a necessidade de aprender de um estudante e a necessidade de ensinar de um educador vão além de um espaço que foi delimitado por muito tempo como único local de aprendizagem.

Por educação básica, entendemos o ciclo escolar, desde a educação infantil (até os 5 anos) até o ensino médio (17 anos). A lei se aplica a internações em hospitais públicos e particulares, em todo o território nacional. Porém, o exercício da Pedagogia Hospitalar pode ser diferente nesses dois cenários. Além disso, as condições de trabalho e os salários também mudam.

Essa modalidade da pedagogia surgiu após a Primeira Guerra Mundial, em 1945. Porém, aqui no Brasil, só foi regularizado e reconhecida em 2002, com a publicação de uma lei que assegura a assistência educacional a alunos que passam muito tempo no ambiente hospitalar, pedagógica sistematizada ou não. Frison discute o lugar da educação afirmando que,

Na escola, na sociedade, na empresa, em espaços formais ou nãoformais, escolares ou não escolares, estamos constantemente aprendendo e ensinando. Assim, como não há forma única nem modelo exclusivo de educação, a escola não é o único em que ela acontece e, talvez, nem seja o mais importante. As transformações contemporâneas contribuíram para consolidar o entendimento da educação como fenômeno multifacetado, que ocorre em muitos lugares, institucionais ou não, sob várias modalidades (FRISON, 2004, p. 88).

De acordo com a afirmação de Veiga, “A prática pedagógica é uma dimensão da prática social que pressupõe a relação teoria-prática, e é essencialmente nosso dever como educadores, a busca de condicionais necessárias à sua realização” (Veiga, 1994, p.16), percebemos que a parte teórica traz um conjunto de conceitos pedagógicos para que o

professor coloque em ação.

É bastante salutar fazer ou realizar trabalhos nos espaços não escolares. Isso traz benefícios, quando uma pessoa é atendida e se envolve de tal forma que traz capacidade a esse indivíduo que muda totalmente sua forma de pensar. Concordamos com Gohn, quando afirma que a educação não formal:

Capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais. Seus objetivos não são dados a priori, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo. Um modo de educar surge como resultado do processo voltado para os interesses e as necessidades que dele participa. A construção de relações sociais baseadas em princípios de igualdade e Justiça Social quando presentes num dado grupo social fortalece o exercício da cidadania. A transmissão de informação e formação política e sociocultural, é uma meta na educação não formal. Ela prepara os cidadãos, educa o ser humano para a civilidade em oposição a barbárie, ao egoísmo, individualismo etc. (GOHN, 2006, p. 29-30).

PEDAGOGIA SOCIAL

Como vimos anteriormente, a socialização e a garantia dos direitos da criança e do adolescente são muito importantes na Pedagogia Hospitalar.

Em outras palavras, ela visa enxergar o aspecto social do aprendizado, indo além da função de decorar nomes e fórmulas. Por isso, a Pedagogia Social em linhas gerais, forma educadores preparados para lidar com os desafios do mundo atual, colocando em prática uma perspectiva de ensino mais humanizada. Ela se volta, especialmente, para o fortalecimento individual e coletivo de pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade.

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR HOSPITALAR

Sabemos que o profissional da Educação não se gradua somente para trabalhar dentro das salas de aula. Entendemos que várias são as funções desse profissional que, por possuir uma formação que engloba a didática, as metodologias, a psicologia da educação, os estágios em vários campos de atuação, é o responsável por várias formações humanas em qualquer ambiente que dele necessite. Logo, é preciso ter muito

conhecimento na área e se dedicar a atualizações constantes.

Para atuar em Classes Hospitalares, o professor deverá estar habilitado para trabalhar com diversidade humana e diferentes experiências culturais, identificando as necessidades educacionais especiais dos educandos impedidos de frequentar a escola, decidindo e inserindo modificações e adaptações curriculares em um processo flexibilizado de ensino/ aprendizagem O professor deverá ter a formação pedagógica, preferencialmente em Educação Especial ou em curso de Pedagogia e terá direito ao adicional de insalubridade.

Deverá elaborar projetos que integrem a aprendizagem, de maneira específicas para crianças hospitalizadas adaptando-as há padrões que fogem da educação formal, resgatando e integrando-as ao contexto educacional.

PEDAGOGIA HOSPITALAR COMO PRÁTICAS HUMANISTAS

Humanização é a palavra-chave no processo de ensino no contexto pedagógico-hospitalar, uma vez que, o professor deve saber reconhecer até que ponto o aluno pode contribuir com a atividade. Esta visão vai além do relatório médico, pois envolve todo o emocional do paciente e um olhar atento a todos os contextos do pedagogo que está junto ao aluno-paciente. Para isso, é essencial saber ouvir e ser ouvido, uma vez que escutar também é muito importante, para poder assim, ter a melhor conduta com o aluno.

A assistência humanizada não é só condição técnica, mas primeiramente solidariedade, amor e respeito pelo ser humano, uma vez que a criança em sua condição “indefesa” busca nos adultos apoio, carinho e compreensão (AMORIN; FERRO, 2007). Uma forma de humanizar o atendimento é valorizar a família.

Sendo assim, o que diferencia o professor que trabalha em um hospital para o professor que trabalha em ambiente de educação tradicional é principalmente a empatia. Não que o professor que está na escola não precise ter empatia por seus alunos, porém compreender emocionalmente a situação do outro, nesse caso oaluno hospitalizado, é de suma importância.

Num momento de tanta fragilidade emocional, física ou o conjunto das duas,é

importante que o pedagogo mantenha o foco em seus projetos e saiba trabalhar suas emoções para que o sentimento de pena não seja maior que sua vontade de ensinar e ministrar o tempo através da didática pedagógica, mesmo porque a maior propriedade que seres vivos possuem, que é a vida, pode estar em risco.

Há também a necessidade de observar as exigências de um ambiente em que os sentimentos, medos e anseios estão tão expostos, como o hospitalar. Além do preparo psicológico que um pedagogo deve ter para se trabalhar em um local tão oposto e institucionalizado que é a visão da educação apenas em escolas.

A IMPORTÂNCIA DOS PROFESSORES E DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Atualmente o profissional pedagogo vem se destacando nos mais variados espaços e a sua procura torna-se cada vez mais frequente. Uma instituição que necessita da sua contribuição como profissional é o hospital. O papel do pedagogo para pacientes em idade de escolarização hospitalizados durante o tratamento médico é muito importante. Ele é o líder que faz a ponte entre o hospital, a equipe pedagógica, o paciente, os familiares, a secretaria de educação e a escola onde a criança ou adolescente está matriculado. Sabe-se que nesses casos o processo de ensino-aprendizagem ocorre em um ambiente não escolar, mas as práticas docentes não devem fugir de um dos principais objetivos do professor: contribuir na formação de cidadãos/sujeitos autônomos, éticos, críticos, participativos e atuantes socialmente.

Segundo Esteves (2012) o pedagogo hospitalar ou professor deverá elaborar e desenvolver projetos através dos quais a criança mantenha contato com a sua escolarização para a construção de um processo cognitivo, emocional e social. Sobre essa questão Esteves (2012) afirma: O trabalho do professor hospitalar é muito importante, pois atende às necessidades psicológicas, sociais e pedagógicas das crianças e jovens. Ele precisater sensibilidade, compreensão, força de vontade, criatividade, persistência e muita paciência se quiser conseguir os seus objetivos (ESTEVES, 2012, p. 6).

Uma pesquisa que pretende observar os efeitos de uma ação pedagógica em um hospital pode ser importante para mostrar a entidades que não contam com esse recurso, os benefícios que esse trabalho pode apresentar durante o período de tratamento de

crianças e adolescentes que necessitem de prolongados períodos de internação.

A formação e a qualificação são requisitos fundamentais para entrar na área da saúde. Além de trabalhar em hospitais e clínicas médicas, o profissional da saúde tem grande relevância em outros locais, como escolas, centros de reabilitação, empresas e órgãos públicos. O profissional que trabalha na área da saúde deve zelar também pelo bem-estar físico e psíquico do paciente.

O principal objetivo da Pedagogia Hospitalar é levar o ambiente escolar para dentro de um hospital. Porém, não é tão simples assim. Pois o profissional precisa saber lidar principalmente com a questão psicológica do paciente. Ou seja, além de garantir que o paciente esteja aprendendo e participando das atividades escolares, o profissional deve procurar maneiras de diminuir o impacto negativo que o ambiente hospitalar tem na mente de um paciente.

CONCLUSÃO

Portanto, é notório afirmar que toda prática pedagógica tem o seu valor e sua finalidade quando se trata de reconstrução, transformação e modificação de tudo aquilo que o ser humano necessita para uma educação de qualidade, e isso atinge toda a área do saber, e agrega conhecimentos quanto a sua necessidade como pessoa, e até mesmo no seu modo de pensar quando se refere ao próximo. Libâneo (2002, p. 17) destaca que “o processo educativo é um fenômeno social enraizado nas contradições nas lutas sociais, de modo que é nos embates da práxis social que vai se configurando o ideal de formação humana”.

Recusar a escolarização para crianças e adolescentes hospitalizados é uma negação de direitos, é impossibilitá-los do exercício da cidadania e do respeito à dignidade, interferindo diretamente no princípio da autonomia, vetando a estes sujeitos o desenvolvimento e a construção de conhecimento. É, portanto, extremamente necessário estruturar ações políticas de organização do sistema de atendimento educacional em ambientes hospitalares e domiciliares.

É necessária, também, a reflexão acerca desta pedagogia pouco conhecida, por

meio de políticas públicas que incentivem este público-alvo a buscar e garantir seus direitos, com a finalidade de aumentar o número de estudantes alfabetizados e inseridos no ensino, independente de suas limitações, valorizando e proporcionando assim, a essas crianças e adolescentes a garantia à saúde, à educação e à dignidade humana.

Ser professor é um trabalho árduo, mas ser um pedagogo hospitalar também traz sua série de desafios particulares. Dessa forma, podemos levar o nosso melhor aos alunos no quesito de ensino-aprendizagem, não importa o contexto.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Neusa da Silva. A Pedagogia Hospitalar enquanto prática inclusiva.
- BRASIL, **Política Nacional de Educação Especial**. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Educação Especial. Brasília, DF, 1994
- BRASIL. Direito das Crianças e adolescentes hospitalizados,
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n 8.069/1990. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. CONANDA. Ministério da Justiça/Secretaria de Estado de Direitos Humanos/Departamento da Criança e do Adolescente, edição de 2002.
- CECCIM, R. B.; CARVALHO, P. R. **Criança Hospitalizada: Atenção Integral como Escuta à Vida**. Porto Alegre. Ed. da UFRGS, 1997.
- GOHN, M.G. **Educação não formal e cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.
- LIBÂNEO, J.C. Pedagogia e pedagogos, para quê? 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- LIBÂNEO, José Carlos. Educação escolar: política, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2002. Porto Velho, 2011.
- RROYO, Miguel. A infância interroga a Pedagogia. In: SARMENTO, Manuel J.; GOUVEA, Maria Cristina. **Estudos da Infância: Estudos e Práticas Sociais**. Petrópolis: RJ, Vozes, 2008, p.119-140.

Submissão: setembro de 2023. Aceite: outubro de 2023. Publicação: fevereiro de 2024.